

HABEAS CORPUS Nº 515.354 - SP (2019/0168028-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIEL MOBLEY GRILLO - RJ134850
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REGINALDO AUGUSTO BERGAMINI

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Reginaldo Augusto Bergamini** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo na Apelação Criminal n. 0026492-54.2015.8.26.0050.

Narram os autos que o paciente foi condenado por infração do art. 155, *caput*, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, à pena de 1 ano e 13 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais pagamento de 10 dias-multa (Processo n. 0026492-54.2015.8.26.0050).

Interposta apelação pela Defesa, a Terceira Câmara Criminal negou provimento ao recurso (fls. 31/39).

Daí o presente *mandamus*, em que a Defensoria Pública pleiteia, liminarmente, a concessão da ordem para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento deste *habeas corpus* ou, subsidiariamente, seja determinada a sua prisão em estabelecimento compatível com o regime semiaberto/aberto. No mérito, *a declaração da atipicidade material do crime de furto praticado pelo agente, aplicando-se o princípio da insignificância; a fixação do regime inicial aberto para o início do cumprimento de pena, na remota hipótese de se entender, pelas circunstâncias do caso concreto, inconveniente a aplicação do princípio da insignificância* (fl. 12).

Aduz que *os bens subtraídos consistiam uma peça de carne do tipo alcatra, de marca Friboi, com avaliação nos autos no patamar de R\$ 145,76 (cento e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos), conforme consta na denúncia, resta imprescindível reconhecer que não há tipicidade material no presente caso, visto que a lesão ao bem jurídico foi ínfima* (fl.5).

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso.

Isso porque o princípio da insignificância foi afastado pelo Tribunal local, entre outros, em razão da periculosidade social da ação perpetrada, uma vez que o paciente possui maus antecedentes e é reincidente específico (seis condenações definitivas, quatro por furto, uma por roubo e outra por estelionato – fl. 21), o que desautoriza o reconhecimento do crime de bagatela, estando, pois, em consonância com jurisprudência deste Tribunal Superior. A propósito: AgRg no REsp n. 1567274/MG, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 3/4/2018.

Além disso, a providência cautelar perseguida é indubitavelmente satisfativa, pelos seus efeitos definitivos, no tempo da sua duração, necessariamente decorrentes da desconstituição da eficácia do ato impugnado, implicando o seu acolhimento usurpação da competência do órgão colegiado, proibida ao relator.

Tal o contexto, tenho por prudente reservar o pronunciamento definitivo para o momento apropriado.

Indefiro, portanto, o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 28ª Vara Criminal do Foro Central Criminal Barra Funda da comarca de São Paulo quanto ao andamento da Ação Penal n. 0026492-54.2015.8.26.0050 e acerca da atual situação do paciente.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator